

Actas del
IX Congreso Internacional
de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval

(A Coruña, 18-22 de septiembre de 2001)

I

Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval, 2005.

© Carmen Parrilla
© Mercedes Pampín
© Toxosoutos, S.L.

Primera edición, agosto 2005

© Toxosoutos, S.L.
Chan de Maroñas, 2
Obre - 15217 Noia (A Coruña)
Tfno.: 981 823855
Fax.: 981 821690
Correo electrónico: editorial@toxosoutos.com
Local en la red: www.toxosoutos.com

I.S.B.N. obra conjunta: 84-96259-72-2

I.S.B.N. volumen: 84-96259-73-0

Depósito legal: C-xxxxx-2005

Impreso por Gráficas Sementeira, S.A. - Noia
Reservados todos los derechos

Transformações narrativas da memória histórica

Teresa Amado

Universidade de Lisboa

Costuma-se designar como “Crónicas e memórias de Santa Cruz de Coimbra” um conjunto de notícias, redigidas com graus de desenvolvimento muito diversos, e textos mais propriamente narrativos, que constituem o legado existente da actividade memorialista e historiográfica realizada pelos monges do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, com um ritmo irregular e intermitente, durante os primeiros quatro séculos da história portuguesa (a partir de 1132, ano da fundação por Afonso Henriques). Constam de diferentes códices e alguns estão inseridos em recolhas constituídas em época mais tardia, na verdade miscelâneas cuja ordenação não obedeceu a critérios de data, género ou tema, como é típico do modo medieval de proceder em tais circunstâncias. Uma boa parte destes escritos foi editada por Alexandre Herculano no volume *Scriptores dos Portugaliae Monumenta Historica*, e alguns fragmentos isolados têm aparecido noutras publicações. A sua totalidade foi publicada em 1968 por António Cruz com o título *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*,¹ e Aires Nascimento reeditou recentemente, no volume *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, as biografias de Telo, Teotónio e Martinho de Soure.² A especificação “anais”, indispensável quando se quer isolar o género, é muitas vezes omitida quando se pretende abranger a totalidade dos registos de teor narrativo mais ténue.

¹ *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, textos publicados com uma introdução por António Cruz, Biblioteca Pública Municipal, Porto, 1968.

² *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires A. Nascimento, Colibri, Lisboa, 1998.

Está por fazer a reordenação tanto quanto possível tipológica e cronológica desse vasto conjunto de textos que nem as edições parcelares nem a integral que tiveram até agora lograram apresentar de maneira inteligível. Feito isso, poder-se-á pensar em obter algumas conclusões sobre características estruturais e discursivas dos textos classificados como “Memórias”, esperando que seja possível atribuir-lhes um sentido, querendo dizer ao mesmo tempo um significado e uma direcção, uma vez que se tenha estabelecido o quadro de fundo em que cada peça terá encontrado o seu lugar. Esse trabalho terá, entre outras, a utilidade de constituir uma etapa preliminar conveniente para a exploração de uma hipótese de estudo que há muito tempo me interessa, sugerida pelas observações de dois óptimos conhecedores da historiografia medieval: trata-se da possibilidade de que aqueles textos tenham sido fonte de escritos históricos posteriores e de que, na sequência das respostas obtidas, se deva vir a alterar o conceito actual que tende a minimizar a sua importância relativa para a evolução do género em Portugal. A sugestão deixada por Peter Russell no seu livro sobre *As fontes de Fernão Lopes*,³ no qual demonstra uma leitura atenta das crónicas de D. Fernando e de D. João I, é que este cronista tenha utilizado memórias do mosteiro crúzio que, tanto no *Livro das Eras* como no *Livro das Lembranças*, abrangem referências a acontecimentos do fim da primeira dinastia e do princípio da segunda. Luis Lindley Cintra exprime, por seu lado, a convicção de que os letrados que cobriam no início do século XV as campas dos dois primeiros reis, em Santa Cruz, e foram aproveitados no discurso pronunciado em 1451 por ocasião da partida da infanta D. Leonor para a Alemanha, como noiva do imperador Frederico III, se basearam na *Crónica Geral de Espanha de 1344* e em memórias pertencentes ao acervo do mosteiro.⁴

³ P. E. Russell, *As fontes de Fernão Lopes*, Coimbra Editora, 1941, pp. 13-14.

⁴ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1951, 1954, 1961 e 1990, 4 vols. Vêxase I, p. 354.

A ideia tem a reforçá-la o facto de a construção histórica da memória de Afonso Henriques, ao longo dos séculos XII a XV ser em larga medida produto da escrita dos monges de Santa Cruz, seja como autores, seja como copistas e compiladores. Apenas se conhecem, com origem diferente, duas contribuições valiosas e uma outra de interesse mais marginal. Daquelas, uma é o relato latino da conquista de Santarém, que consta num manuscrito alcobacense, do qual falta ainda averiguar as verdadeiras condições em que foi escrito, mas permanece geralmente aceite a origem antiga, senão contemporânea do acontecimento; a segunda foi prestada por outro mosteiro da mesma congregação, o de S. Vicente de Lisboa, com um relato da fundação do mosteiro, primeiro escrito em latim, nos finais do século XII, e dois séculos mais tarde em tradução e ampliação portuguesas. A outra lê-se por entre a narrativa da tomada de Lisboa enviada por um cruzado inglês⁵ ao seu compatriota Osberto de Bawdsey.⁶ Ou seja, até à crónica de Duarte Galvão, incluindo-a, parece poder dizer-se que a maioria das narrativas sobre o reinado de Afonso Henriques se sucedem como variantes ou refundições ou, pelo menos, aproveitamento, de textos cuja redacção original provém do *scriptorium* do mosteiro de Santa Cruz. Os próprios escribas que aí trabalhavam se encarregaram, de resto, de proceder à rescrita de documentos antigos conservados na instituição. A mais inovadora dessas versões, independente do mosteiro e pertencente à *Crónica de Portugal de 1419*, inclui nas suas fontes crúzias já identificadas as chamadas 3ª e 4ª Crónicas Breves e a *Vida de S. Teotónio*, e o inventário prosseguirá decerto quando se proceder a confrontos mais minuciosos.⁷ Um elemento que poderá vir a revelar-se um dado crucial

⁵ Em vias de ser identificado como Raul, cfr. *A conquista de Lisboa aos mouros*, edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento, introdução de Maria João V. Branco, Vega, Lisboa, 2001, pp. 29-34 e 153-154.

⁶ Sobre este processo de identificação, mais adiantado que o anterior, cfr. *A conquista de Lisboa*, p. 28.

⁷ Estudei este assunto em "Investigação das origens: o reinado de D. Afonso Henriques", *Actas del VI Congreso Internacional de la AHLM*, I, ed. de J. M. Lucía Megías, Universidad de Alcalá, Alcalá, 1995, pp. 143-149.

da participação dos monges conimbricenses na glorificação da memória do fundador do reino é a afirmação de que Cristo lhe apareceu nos campos de Ourique, num fragmento que o seu editor data de 1395, supondo a indicação fornecida no códice referente à era de César: “El Rey Dom Afonso primeiro Rey de Portugal Em lide E em canpo veençeo .v. Rex mouros em o campo dOurique. Onde lhe apareçeeo noso Senhor Ihesu Christo posto em cruz” (*Anais*, p. 29; a notícia aparece noutro fragmento vinte e cinco anos mais tardio, mas não consta das entradas sobre a batalha de Ourique nos livros *da Noa e das Lembranças*, redigidos séculos antes). Se a datação puder ser confirmada, será a primeira vez que a grande batalha contra “o infiel” é associada àquele acontecimento transcendente, que se tornou do século XV em diante referência obrigatória da mitologia nacionalista. Constituiria então com aliciante probabilidade um indício de terem sido os monges de Santa Cruz os autores do acrescento, na mesma época em que António José Saraiva presumiu, por razões de lógica política, que ele teria surgido,⁸ e provaria, ao mesmo tempo, a sua capacidade de criar uma tradição que para muitos foi histórica. Assim se esclareceria, finalmente, uma questão que ainda hoje continua a não admitir consenso.

Ora, a dificuldade de apurar sem dúvidas a veracidade da data tal como a interpreta António Cruz, é um sinal eloquente dos obstáculos que enfrenta quem se propõe cumprir a tarefa de ordenação e classificação que mencionei no início. Perante os limites que a ocasião deste trabalho me impunha, sem deixar de ter em mente os objectivos finais que enunciei, limitar-me-ei a descrever a estrutura temática e cronológica do *Livro das Eras* ou *da Noa*, descrição a que juntarei alguns comentários susceptíveis de situar essa série de escritos na perspectiva diacrónica apontada. Não estou, como mostrei, a descobrir a importância desta. Além de Russell e Cintra, veja-se o que diz José Mattoso, num artigo

⁸ António José Saraiva, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1988, p. 165.

em que desenvolve o assunto, sobre o papel dos Cónegos Regrantes de Coimbra na “criação da consciência nacional” e ao facto de esta se manifestar “claramente nas obras históricas que Santa Cruz criou ou copiou e que constituem as primeiras tentativas da história portuguesa”.⁹

O *Livro das Eras*, chamado assim porque o registo dos acontecimentos se ordena pela “era” em que se deram, e igualmente chamado *da Noa* porque até ao século XVII esteve junto com um Saltério que servia para as orações da hora Nona, tem 28 fólios, dos quais 26 escritos. Passou a constituir um pequeno códice ao ser separado do Saltério, em 1623, e foi então reconhecido e copiado por D. José de Cristo, depois de um período em que fora julgado perdido. Ignorando casos de contaminação e sobreposição com outras séries de anais, tratá-lo-ei, autorizada pelo seu título, como um verdadeiro *Livro*. A transcrição do original (A.N.T.T.) feita por António Cruz,¹⁰ por onde leio, recorre quatro vezes a outra cópia seiscentista, de Cristóvão Alão de Moraes, quando o original foi tornado ilegível por mancha no pergaminho.

A sequência das entradas, subordinadas às respectivas datas, é irregular em vários sentidos. A ordem cronológica só funciona como critério ordenador para pequenos conjuntos, e mesmo assim com saltos, repetições e vaivéns. Entre esses conjuntos as distâncias também são variáveis, mas cobrem muitas vezes um século ou mais. As três frases de abertura repetem-se no fólio 8^v, a primeira literalmente e as outras com alterações ligeiras, mas são depois seguidas por textos divergentes. O *Livro* abrange um espectro temporal que vai do ano 281 (registado 319, segundo a contagem pela era de César) até 1406 (registado 1444; a partir de agora indicarei, sem mais, a data segundo a era de Cristo, depois de a deduzir da registada no texto da edição). Note-se que há datas erradas, e que será sempre difícil, ou impossível, saber quando foi que o erro entrou no texto. Difere também bastante

⁹ José Mattoso, “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”, *Portugal Medieval, novas interpretações*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1995, p. 114.

¹⁰ António Cruz, *op. cit.*, pp. 69-88.

o estilo da redacção, e sucedem-se imediatamente temas sem relação entre si.

É evidente que se está perante um códice formado à custa de textos redigidos em épocas diferentes, por diferentes pessoas que obedeciam à mesma ideia da necessidade de fixar uma memória do passado e de assegurar a sua continuação, mas interpretando-a muito diversamente. Algumas notícias terão ali chegado através de cópia de originais alheios, outras serão só da responsabilidade do próprio cónego escriba. Até cerca de dois terços, o texto adopta uma forma tipicamente analítica; uma tendência para um discurso mais atento à circunstância e à peripécia, ou seja, mais narrativo, faz-se sentir a partir do fólho 23^v, ou p. 82 da edição, cuja paginação usarei para remissões.

Considerarei o conteúdo agrupado em duas partes, separadas pela repetição das três frases que atrás mencionei. Na primeira parte, essas frases referem-se à vinda dos godos para a Hispânia. Das datas correspondentes ao período gótico, mais sucintas nesta primeira versão do que no seu duplicado, páginas adiante, com o qual apresentam discrepâncias, e pouco exactas, a mais tardia parece ser 358. A partir daqui, a qualidade da datação melhora consideravelmente. Pelágio das Astúrias é mencionado na quarta e na quinta entradas, uma das quais relacionando o seu reinado com o tempo do domínio mouro, precedido o seu nome da expressão “Ante quam”. Em seguida, o texto noticia duas conquistas de Almançor (Coimbra e Montemor) no século X, e passa imediatamente ao século XI. Uma sequência de eventos ocorridos neste e no século seguinte abrange conquistas várias de Fernando de Leão e de Afonso VI, três vitórias mouras, com especificação dos nomes dos reis mouros “Ciro” e “Ali”, e depois conquistas sucessivas de Afonso Henriques até 1168, data que assinala o triunfo de Geraldo Sem-Pavor em Badajoz. No lugar cronológico próprio, distinguem-se por serem objecto de frases mais extensas e com subordinação, e além disso construídas segundo o mesmo esquema sintáctico, duas grandes batalhas entre cristãos e “paganos”, “Sagralias” (?) e Ourique, qualquer delas

apelidada “*lis magna*”. Regista-se ainda as mortes de Afonso VI, de Afonso VII e da rainha Mafalda, e o nascimento do “*rex Sanctius*”, e que 1122 foi “*annus malus*” –excepcionalmente no *Livro*, esta expressão não se faz acompanhar da explanação de fenómenos que justifiquem o seu uso–. Todos os reis e a rainha estão identificados pelo título e, a partir de certa altura, também pelo reino: é tentador atribuir esta mudança a uma mudança de copista. Não se estabelecem entre eles nexos de sucessão ou parentesco, a não ser no caso de Afonso VI, “*filio Fernandi regis*”. Não há, portanto, uma visão política da história da península, mas um olhar sobre um passado em que se destacaram algumas personagens (a maior parte das vezes, reais) e em que o elemento comum dominante foi a oposição entre cristãos e mouros.

Depois de uma notícia isolada situando em 866 uma série de conquistas realizadas por Afonso, filho de Ordonho (das Astúrias), volta-se ao século XII para um pouco de história eclesiástica, com o registo dos óbitos de vários bispos, seguido do anúncio do nascimento, de facto anterior a todos eles, de Afonso “*filius regine Tarasie et comitis Anriqui*” (p. 70). A diferença no destaque dado à personagem é manifesta. O texto continua com a datação do nascimento de Cristo e a da morte de três apóstolos e de quatro santos, a que se segue uma enumeração das idades do mundo, de Adão até ao nascimento de Cristo, cuja soma expressa não concorda com a dos números indicados. Refere sete idades e não seis, como seria mais ortodoxo, porque considera, por exemplo ao contrário de Fernão Lopes, o êxodo do Egipto como um dos marcos de separação. A seguir, é datada a “*passio sancti Uincentii*” (p. 71).

Fechado este interregno, retorna-se à segunda metade do século XII, 1184 –uma frase relativamente longa acentua a devastação perpetrada pelo rei mouro “*Aboiac*” em território cristão–. Depois, retomado o modo analítico e em sucessão mais irregular do que a verificada atrás, noticia-se a morte de Afonso Henriques e o início do reinado de Sancho “*in loco patris sui*”, a conquista de Silves, o funesto caso de Badajoz, o facto de D. Sancho ter sido armado cavaleiro pelo pai, o nascimento de um filho de Fernando

II de Leão e os de quatro filhos dos reis portugueses, Sancho e Dulce. Assim se chega a 1196, ano em que, diz uma frase de construção mais elaborada, o rei de Aragão foi a Coimbra para levar os cristão a fazerem a paz. Em datas próximas mas em sucessão invertida, registam-se as mortes de mais três clérigos, intercaladas pela lembrança de um ano de fome “qualis non fuit ab initio mundi” (p. 72). Mais fora ainda da cronologia e com maior desenvolvimento narrativo, são relatadas três grandes batalhas, Alarcos, “Cereigio” (?) e Navas de Tolosa. Juntando o fim do século XII e a primeira metade do século XIII, fica-se a saber de várias vitórias dos reis de Leão Afonso IX e Fernando III, e Sancho de Portugal. Pelo meio salta-se a 1290 para uma informação, preocupada sobretudo com a identificação das testemunhas, sobre o levantamento do interdito papal no reinado de D. Dinis (por causa de um conflito com o clero) com a presença, entre outros clérigos, do prior de Santa Cruz. Em seguida, é objecto de longa e pormenorizada descrição um conjunto de sinais celestes que marcaram o dia da Paixão de 1199 –notícia minimizada por um escriba em época anterior, e recuperada por outro que, ao contrário, a valorizou, escrevendo meio século mais tarde?

Não há dúvida de que o critério que orienta a continuação do registo de memórias vai variando. Por vezes despreza a cronologia e prefere-lhe a afinidade temática, agrupando então em pequenas séries, mortes, nascimentos ou batalhas, por exemplo. A notícia de uma calamidade natural tenta, tanto quanto possível, inserir-se no seu lugar sequencial, mas às vezes é colocada no fim do que, de alguma maneira, poderá equivaler a uma série. Nalguns casos, este mesmo estatuto diferenciado do ponto de vista cronológico reflecte-se também numa linguagem invulgarmente emotiva, indutora de efeitos de espanto ou horror. Certamente por isso mesmo, esse tipo de acontecimentos e as grandes batalhas (outro género de calamidade, mas em grande parte devida à responsabilidade humana) são os mais aptos a estimular um mais amplo fôlego narrativo. Um cuidado informativo particular, por razões diferentes, parece ser posto na menção de ocorrências com

maior melindre jurídico ou diplomático. Face a um discurso sistematicamente impessoal no que toca a factos políticos e militares, ganha relevo o uso da palavra “infortunium” aplicada ao desastre e desastre de Afonso Henriques em Badajoz. Estamos ainda longe do minucioso e emotivo relato da 4ª Crónica Breve, e do aproveitamento etiológico a que nela é submetido, mas a conotação já está lançada.

Assim acaba o que chamei a primeira parte do *Livro das Eras*. No princípio da segunda, volta-se, como disse, ao estabelecimento dos godos na península, mas com algumas frases novas inseridas nos longos intervalos temporais deixados em silêncio pela primeira versão, nomeadamente relativas à chegada dos mouros e a uma lista de reis asturianos. Segue-se-lhe a notícia atrás mencionada sobre a conquista de Coimbra por Almançor, mas mais desenvolvida. E, antes de o registo de memórias analísticas prosseguir com alguma regularidade cronológica, é intercalado um texto pela primeira vez em português, sobre o casamento de Afonso Henriques com D. Mafalda, “filha do conde dom Manrique de Lara e Senhor de Mulina” (p. 74). Retoma-se depois, segundo a cronologia interrompida e de novo em latim, a história de Coimbra, regressada às mãos dos cristãos, alguns outros triunfos cristãos, com destaque para as conquistas de Fernando I (com repetições e novidades relativamente à primeira versão), a morte de Ordonho e de alguns heróis cristãos, e as de Fernando e de seu filho Sancho, um “mortuus”, o outro “occisus” (p. 75). Sobrevém uma pequena narrativa sobre a chegada ao poder do irmão do último, Afonso, e do modo como se impôs aos mouros. No meio (1033) e no fim (1079) desta sequência referem-se, respectivamente, um tremor de terra e um eclipse do sol, mas desta vez em termos secos e objectivos. A oscilação metodológica quanto ao tratamento a dar a factos deste tipo é visível.

Passa-se imediatamente, no mesmo estilo, para a informação do nascimento em 1259 de D. Branca, filha de Afonso III e Beatriz, seguida da do nascimento dos outros filhos do casal. Com um pequeno intervalo cronológico e alguns pormenores políticos

e militares até então inéditos, é noticiada uma batalha entre nobres (de Castela), e conclui-se com um pedido de repouso para as almas dos que morreram (p. 76). O mesmo responso, inovando a forma de anotar tais acontecimentos, volta a ser formulado a propósito de Afonso III (logo a seguir) e de D. Dinis (mais à frente, embora muito antecipada, precedendo acontecimentos do seu reinado, p. 77), mas não de outros reis, sem que, no entanto, pareça aconselhável deduzir qualquer intenção dessa particularidade. De qualquer modo, juntamente com o epíteto “illustrissimi” que beneficia D. Dinis logo adiante (p. 76), na frase que anuncia o nascimento do futuro Afonso IV, são casos, como se tem visto, muito raros, de intervenção do copista, ou autor, do texto. Uma nota, de nenhum modo conclusiva, sobre as funções de árbitro que D. Dinis, com D. Isabel, foi chamado a exercer no processo de paz entre Castela e Aragão, mantém as mesmas características, que apontei atrás, de atenção à identidade dos intervenientes. De novo notícias eclesiásticas, uma sobre um conflito entre membros do alto clero português, envolvendo como testemunha o prior de santa Cruz, e outra sobre dois acontecimentos desgarrados no tempo a respeito de Alcobaça. Sucedem-se várias informações de tipo analítico acerca de tremores de terra, intercaladas, em desordem cronológica, por outras sobre a morte de D. Dinis e sucessão do filho, e o nascimento de vários infantes.

Tratando-se de D. Dinis, há uma alteração nítida do discurso que se faz *cronístico* para contar peripécias bélicas do conflito entre o rei e o seu herdeiro, e para anunciar com solenidade, e isoladamente em português, a execução do infante João Afonso por ordem de Afonso IV, já rei, em 1326. Entre um e outro trecho, seguindo-se a mais nascimentos e mortes de infantes, o escriba insere uma oração em que pede perdão pelos seus pecados e protecção contra a tentação (p. 78). Depois de mais um breve desvio –com três entradas respeitantes a Afonso Henriques, uma das quais interessa ao mosteiro de Santa Cruz– regressa-se a D. Dinis com três linhas de conquistas em Castela, em português (p. 79,

f. 17^v), e é esta a língua que vigora até ao fim do *Livro*, salvo em apenas três frases curtas que retomam o latim. O facto não é com certeza alheio à generalização do uso escrito do português ocorrida neste reinado, podendo talvez ver-se nele um sinal da actualização cultural de que os monges gozavam.

A ordem temática torna-se particularmente aleatória nos fólios seguintes, até aos primeiros acontecimentos do tempo de D. Fernando (p. 82). A ordem cronológica é mais controlada, e apenas invertida em dois pontos: um longo relato sobre o “mao anno” (p. 79) que foi 1333, em que à fome se juntaram os ataques dos mouros na Andaluzia, e um testemunho de como “choueo samgue” em Coimbra em 1394 (p. 82), entre ocorrências do reinado de D. Pedro. Antes do primeiro ficara-se a saber da execução de Inês de Castro em 1355, registada em latim. À parte isso, intercalam-se notícias de tremores de terra e eclipses do sol com as de seca e da peste de 1348, de dois momentos importantes da vida do mosteiro, da tomada de Algeciras por Afonso XI de Castela (mas não da batalha do Salado), do nascimento de D. Fernando e da morte de Afonso IV e das rainhas de Castela e de Portugal. Os cataclismos naturais e os factos eclesiásticos são os assuntos que suscitam textos mais longos. Quanto às personagens reais, a alteração que começara a desenhar-se na parte final do texto em latim acentua-se, prolongando-se as expressões que as identificam pelos títulos e ascendência e, quando é caso disso, local do sepulcro. Apesar da escassez informativa do discurso, é já possível falar de uma intenção *histórica*, o conceito de *anais* foi substituído pelo de *crónica*. Três linhas sobre a morte de D. Pedro e uma sobre o início do reinado de D. Fernando, em latim (as últimas, p. 82), marcam a transição para outro tipo de texto.

Tem então lugar um longo excursão sobre a luta entre Pedro o Cru e seu irmão, a sua morte e as guerras de Henrique de Trastâmara com Fernando de Portugal (pp. 82-85). Faz referência aos noivados desrespeitados pelo rei e a Leonor Teles, e termina com a fuga do infante D. João. A entrada sobre Aljubarrota (pp. 85-86) aparece fora de lugar, antes dos últimos acontecimentos do

reinado de D. Fernando, cuja ordem está invertida: a morte do rei precede a confiscação a que procedeu, de objectos dos tesouros das igrejas para pagar às tropas inglesas. Só depois é mencionado um par de fenómenos –granizo e terramoto, respectivamente em 1380 e 1395– que não se encontrou melhor maneira de arrumar. Finalmente, alinham-se eventos sucessivos respeitantes a João I: longa descrição da cerimónia da sua eleição, relato da tomada de Tui e resumo da cena da partida da filha do rei (a bastarda Beatriz) para Inglaterra, ao encontro do futuro marido, conde de Arundel. Muitos actos preenchem o discurso, mas o tom solene e o propósito celebrativo exprimem-se sobretudo pelo desfile de antropónimos e topónimos, e pela abundância de adjectivos e substantivos tais como “muy noble”, “muy grande honrra”, “muy gram preçiom”, “grandes caualeiros e senhores”, “honrras e lynhageens [...] exalçadas” (pp. 86-87). Tudo isto foi quase seguramente fonte de Fernão Lopes.

Os últimos parágrafos do *Livro* contêm a narração de dois milagres feitos por “estes sanctos martires que jazem em este mosteiro de Santa Cruz da Cidade de Cojnbra” (p. 87), um dos quais é o mais tardio acontecimento registado (1406), seguida de mais uma oração, desta vez escrita em português e a pedir a intercessão da Virgem Maria para que Cristo perdoe os pecados do seu autor; a fechar, uma última notícia de tremor de terra, em 1404.

Embora as entradas sejam bastante mais longas, a estrutura narrativa continua a basear-se na correspondência um ano / uma entrada. No entanto, nada tem que ver o autor dos trechos desta parte final (a partir da p. 82) com o autor, ou autores, da maior parte do texto em latim, que geralmente utiliza uma única forma verbal em cada frase, mesmo considerando a evolução que assinala no tratamento nominativo das personagens reais. As mortes adquirem circunstância, as conquistas e as batalhas passam a ter participantes além dos reis, e movimentação de exércitos, as guerras surgem entre causas e consequências, outros acontecimentos são situados relativamente ao espaço em que se dão e aos rituais que os acompanham. Por outro lado, se é inegável que o texto se

encaminha para uma configuração própria da crónica, também me parece possível reconhecer nesta, enquanto género, e com base na transformação que tenho estado a analisar, a permanência de traços que se revelaram típicos da forma textual que a antecedeu, ou seja, os anais. Desses traços, destaco a tendência para a simplicidade —do sujeito, da acção, do próprio assunto—, a preferência por enunciados redutíveis a puras asserções, a ideia de que a memória recupera o passado refazendo o percurso do tempo de ano em ano, uma certa indiscriminação do teor dos factos que compõem esse passado, e também a noção de uma ligação inevitável entre a memória e a actualidade do presente,¹¹ ainda que os cronistas portugueses anteriores a Zurara nunca a levassem ao ponto de escreverem na primeira pessoa, como nestes textos se faz: a propósito da chuva de sangue, “e muitas gentes deron dello fee, espicialmente eu Autor desta memorea q o ui” (p. 82); e relatando um dos milagres, “E logo o moço foy ssaom e eu dou de mjm termo que fiz esto aqui escreuer. Fernam Gonçalves conigo do Moesteiro de Sancta Cruz” (p. 87).

Vale ainda a pena notar que o *Livro das Eras*, ao distinguir as memórias relativas a Afonso Henriques e D. Dinis com um grau superior de encómio e celebração, conforma-se com a atitude que se observa noutros escritos historiográficos do século XIV, e depois se mantém apenas para o primeiro rei. Quanto aos casos de D. Fernando e de D. João I, além de reflectirem uma diferente autoria e um novo conceito de historiografia, representam certamente também a ideologia da nova dinastia acerca dos seus reinados, precedendo Fernão Lopes, que a explicará depois de maneira mais clara e mais completa.

¹¹ Ver a este respeito o estudo muito interessante de André Crépin, “Étude typologique de la *Chronique Anglo-Saxonne*”, en *La Chronique et l’Histoire au Moyen-Age* (Colloque de 1982), textes réunis par Daniel Poirion, Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, Paris, 1986, pp. 137-148.